



Acolhimento Institucional e as Dificuldades na Aprendizagem

Jéssica Almeida Marques Ferreira
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
São Paulo, 2017



SUMÁRIO

1	Introdução	2
2	Metodologia	5
3	Desenvolvimento	6
3.1	Instituições de acolhimento e Eca	6
3.2	O Processo de Aprendizagem	9
3.3	A Dificuldade de Aprendizagem	11
4	Relatos de rotina	13
4.1	Caso 01	13
4.2	Caso 02	14
4.3	Rotina de estudos na Instituição	14
5	Considerações finais	15
6	Bibliografia	17



1 INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Humano acontece por meio de interações entre fatores biológicos e ambientais. Esse complexo processo ocorre desde antes de o nascimento e continua por todo ciclo vital do indivíduo, as principais características dessa evolução contínua, se apresentam através da maturação biológica e da aprendizagem que se adquire na interação com o meio social e cultural.

A infância é o ponto crucial para o desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial do ser humano. As crianças adquirem técnicas de competências motoras e de coordenação, do pensamento, da memória e aprendizagem, o que ocorre na infância vai refletir na vida adulta. A capacidade de conhecimento e elaboração do “eu” e a interação social também se iniciam nessa fase, existe uma estreita ligação entre o desenvolvimento motor, a linguagem e a alfabetização (Ceballos, Mazaro, Zanin e Ceraldi, 2011). A família nuclear e relações que ela mantém com o ambiente são essenciais para o desenvolvimento infantil. Quando a criança tem as suas necessidades básicas satisfeitas e vivência experiências adequadas como, por exemplo, atividades lúdicas que envolvam o ato, o pensamento e o sentimento, a criança assimila conhecimento modifica e constrói a própria realidade de acordo com seus gostos e interesses. Nem todas as crianças vivem em ambientes que possibilitam condições necessárias e um espaço lúdico onde elas possam expressar seus sentimentos, reclamar suas necessidades e internalizar seus temores. Crianças que vivem em situação de risco ou sofrem abusos, são negligenciadas ou padecem de extrema pobreza podem ter o desenvolvimento das esferas cognitivas, motoras e afetivas prejudicadas. Muitas dessas crianças são acolhidas em instituições de acolhimento e passam a vivenciar em primeiro momento a quebra do vínculo familiar, da sua identidade, sua marca pessoal e individualidade (Hutz, e Dell’Aglío, 2004). Chegam ao abrigo fragilizado, com sentimento de desvalia, considerando ser culpadas por sofrerem abusos e por esse motivo serem afastadas do lar passando a viver em um local desconhecido e com pessoas desconhecidas. A Vara da Infância em conjunto com a equipe técnica da instituição é que vai decidir pelo futuro dessa criança, se o afastamento da família vai ser provisório ou definitivo dependendo da gravidade do caso.



O acolhimento é considerado uma alternativa e que só deve ser empregada em última instância tendo como função acolher, proteger e propiciar condições de reestruturação da dignidade e do desenvolvimento, como reza o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (art. 101, VII). Os abrigos contam com redes de apoio que procuram promover na vida dessas crianças, a formação de novos vínculos e novas experiências, no entanto, a falta do convívio familiar e da atenção individualizada compromete o desenvolvimento saudável e as potencialidades biopsicossociais da criança. “Embora a legislação defina a medida protetiva de abrigo como excepcional e provisória, o cotidiano revela uma realidade diversa” (Cuneo,2009, p.415). Muitas das crianças institucionalizadas vieram de lares desestruturados onde o seu desenvolvimento já foi prejudicado (Grusec e Lytton,1988 apud Araújo, Carvalho, Nascimento, Araújo, Beresford e Cardoso,2010). Além disso, ao serem acolhidas, precisam se adaptar ao ambiente completamente novo, estando sujeitas a alterações em toda sua maneira de ser. Esses mesmos autores sugerem que estes fatores aumentam a probabilidade das crianças apresentarem problemas de conduta dentre estes, o mau desempenho intelectual. O déficit social e emocional são sintomas que se percebem na criança acolhida por ela sofrer o rompimento abrupto de seus vínculos iniciais.

Para Bowlby (1981), a ausência dos referenciais afetivos nas fases iniciais do desenvolvimento infantil produz insegurança nos padrões de apego e pode levar a prejuízos psicossociais, cognitivos e comportamentais. Diante do sofrimento, negligência e privações tanto materiais quanto afetivos que estas crianças vivenciaram, o acolhimento poderia ser para elas, conforme previsto no ECA (art.101/ VII), proteção e alívio. Porém, apesar de todos os seus direitos já terem sido violados, a criança entende que a pior violência cometida contra ela foi o afastamento da família, ela só deseja voltar para casa. Segundo Vectore e Carvalho (2008) a presença de sentimentos de angústia, desamparo, carência afetiva, agressividade, procura por isolamento, desmotivação e dificuldades de aprendizagem são situações comuns em crianças acolhidas. Estes autores explicam que a carência pode estar relacionada à qualidade dos vínculos, assim como o desamparo resulta das privações afetivas em que ficam submetidas estas crianças.

Sendo as dificuldades de aprendizagem uma das situações apresentadas, segundo Bossa (2000) os aspectos afetivos desempenham um papel fundamental no desenvolvimento humano. Um ambiente favorável à aprendizagem, à confiança, ao respeito mútuo e a valorização da criança são algumas das condições que devem ser avaliadas levando se em conta a individualidade e particularidade da criança. Cabe ressaltar que nas instituições de acolhimento o tratamento massificado torna-se impedimento para avaliação



das causas e dificuldades que impedem a aprendizagem de seguir o curso natural. A dificuldade para aprender de forma satisfatória traz como resultado o fracasso escolar. Fernandez (1991) entende o fracasso escolar como advindo de causas externas ou internas à estrutura familiar. Às causas externas a autora relaciona a abordagem escolar, aos métodos e planos de ensino e a falta de planos de prevenção nas escolas para que seja estimulado e garantido o desejo de aprender. São dificuldades que se resolvem com alguma intervenção como o apoio pedagógico, a troca de professores ou uma mudança de escola. As causas internas relacionadas à estrutura familiar se entrecruzam com uma estrutura individual configurando em sintomas que afetam a criança integralmente. A criança ao ser institucionalizada, além do afastamento do lar e da família, é automaticamente desligada de todas as suas referências de sujeito: escola, amigos, vizinhos, roupas, brinquedos, comidas e tudo aquilo que caracteriza o seu ambiente, seja bom ou ruim.



2 METODOLOGIA

Este estudo consistiu a partir da experiência vivenciada no acolhimento institucional, bem como a história de vida e os sentimentos envolvidos com o fracasso escolar. Consistiu através da rotina realizada com os acolhidos do Saica Amigos de todos. As dificuldades de aprendizagem consistem basicamente de aspectos secundários que são alterações estruturais, mentais, emocionais ou neurológicas, que interferem na construção e desenvolvimento das funções cognitivas. Entretanto, nem todas as crianças que vivenciaram situações de vulnerabilidade apresentam estes problemas, sendo assim, este estudo apresenta em sua revisão de literatura alguns conceitos referentes ao processo de aprendizagem e as dificuldades de aprender. Dentro desta mesma linha de pensamento buscou-se introduzir um conhecimento sobre as dificuldades da aprendizagem.

As dificuldades de aprendizagem nas crianças acolhidas em instituições são o foco deste estudo, porém, algumas reflexões e conceitos abordados podem ser válidos também para os adolescentes institucionalizados.



3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Instituições de acolhimento e Eca

Rizzini (2007) aponta que Brasil historicamente a política de atendimento à infância e ao adolescente em situação de abandono vem sofrendo diversas transformações. A implantação da política de atendimento mudou gradualmente passando do domínio da igreja para entidades filantrópicas até se tornar responsabilidade do estado. No período colonial dentre as formas de institucionalização da criança e adolescente no Brasil, a mais duradoura foi a “roda dos expostos”. De acordo com Pereira (2004) o nome roda se refere a um artefato de madeira fixado ao muro ou janela do hospital, no qual era depositada a criança, sendo que ao girar o artefato a criança era conduzida para dentro das dependências do mesmo, sem que a identidade de quem ali colocasse o bebê fosse revelada. Segundo Viegas (2007), as primeiras iniciativas de atendimento à criança abandonada no Brasil se deram, seguindo a tradição portuguesa, instalando-se a roda dos expostos nas Santas Casas de Misericórdia. Segundo Viegas (2007), no sistema de recebimento e encaminhamento da roda dos expostos, os bebês institucionalizados eram cuidados pelas amas-de-leite externas. Posteriormente, aos setes anos essas crianças retornavam para a Casa dos Expostos, que procuravam caminhos para colocá-las em casa de famílias ou outras formas para serem criadas. A autora aponta que devido às situações de dificuldades financeiras, as denúncias de abusos e desvios de verbas, entre outras, passaram a serem controladas pelos governos, que implantou mudanças na atuação da Roda dos Expostos. A primeira mudança refere-se às exigências feitas sobre as amas-de-leite, que eram apontadas como as principais causadoras do alto índice de mortalidade infantil das crianças institucionalizadas devido à falta de higiene e conhecimento. A segunda mudança visava o anonimato do expositor, o que facilitava o abandono de um filho não desejado. Essa metodologia só foi extinta definitivamente em 1950. Durante mais de um século, a roda dos expostos foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil. O advento da República no Brasil ensejou uma revalorização da infância, uma vez que o imaginário republicano reiterava de várias formas a imagem da criança



como herdeira do novo regime que se estabelecia. Entretanto, a problemática do “menor” no período republicano no Brasil, vítima de violência e de abandono, somente passou a ser enfrentada em meados dos anos de 1970, principalmente através de denúncias regulares contra esta situação. O ano de 1979 foi indicado pela ONU como o Ano Internacional da Criança, com o objetivo de chamar a atenção para os problemas que afetam as crianças em todo o mundo. O assunto ganhou destaque no meio da sociedade brasileira passando a ser amplamente pesquisado. A Constituição Federal de 1988 já introduzia mudanças nos direitos da Criança e do Adolescente. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, Art. 227) De acordo com Silva (2004) a partir da Constituição Federal de 1988, houve a formação de diversas associações que se articularam na luta, elaboração e na homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 – lei federal n.º 8.069/90. A partir do ECA, as crianças e os adolescentes passaram de “objetos de tutela” a “sujeitos de direitos e deveres”. O mérito do ECA foi o de criar um sistema de justiça para a infância e a juventude, tendo por suporte a “absoluta prioridade” das ações, mediante a criação dos Conselhos Municipal e Tutelar, das Curadorias da Infância e da Juventude, da redefinição da atuação dos Juízes de Direito, Juízes da Infância e da Juventude, cabendo ao Conselho Municipal, definir as políticas de atendimentos, ao Conselho Tutelar, a sua execução. Segundo Silva (2004) entre os direitos previstos pelo ECA (1990), destaca-se o direito à convivência familiar e comunitária que prevê o fim da institucionalização arbitrária de crianças e adolescentes, como era prática em décadas anteriores. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada convivência familiar e comunitária, em ambiente livre de presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. (BRASIL, 1990, Art. 19), além disso, como enfatiza Viegas (2004) o ECA preconiza a desinstitucionalização no atendimento de crianças e adolescentes em situação de abandono, valoriza o papel da família, as ações locais e as parcerias no desenvolvimento de atividades de atenção, trazendo mudanças no panorama do funcionamento das instituições de abrigo. Assim, estas devem estar configuradas em unidades pequenas, com poucos integrantes e manter as relações familiares e comunitárias. O ECA instituiu novas concepções sobre a infância e a adolescência, compreendendo que crianças e adolescentes devem ter o direito de conviver e serem protegidos em suas famílias de origem, independentemente da situação financeira destas, pois, a pobreza não pode acarretar perda ou



suspensão do poder familiar. Ao Estado compete proteger e assistir aqueles que necessitem. Pereira (2004) realça que, no entanto, nem sempre a família tem sido o espaço ideal para a convivência ou mesmo a sobrevivência das crianças e adolescentes. Algumas famílias não podem ou não querem cuidar dos seus filhos, o que resulta em institucionalização. De acordo com Pereira (2004) no que tange às crianças e adolescentes, se o objetivo maior é evitar o abandono, não se pode negar que crescer longe da família deixa marca definitiva. A institucionalização pode acarretar problemas para o desenvolvimento físico e psicológico da criança ou adolescente. Fuscaldi (2004) aponta que a implantação do ECA contribuiu para mudanças efetivas no que tange às instituições de assistência e à sua configuração como um todo, partindo não de uma visão assistencialista, mas concebendo-as como espaço de socialização e de desenvolvimento. Ainda que o programa de abrigo esteja previsto no ECA como medida provisória e transitória, a permanência breve ou continuada no abrigo está inteiramente relacionada à história singular de cada criança e adolescente. Segundo Rizzini (2007) a promoção de ações efetivas de inserção social se constitui em um objetivo permanente, para que o abrigo seja realmente uma medida protetiva de caráter excepcional e transitório.

Atualmente, a criança ou adolescente, quando acolhido numa instituição de abrigo deve continuar a frequentar a escola, espaços de lazer, cultura e esporte, entre outros. Sempre que possível será realizada a reaproximação do acolhido com sua família de origem, a família extensa, entre outros, promovendo-se também o elo de fortalecimento a criança ou adolescente e a comunidade. Nas diretrizes do ECA, a ideia de medida de proteção objetiva a centralidade da criança e do adolescente, ou seja, são sujeitos de direito, diferente da época da roda dos expostos, quando não era a centralidade. Em 2009, é promulgada a Lei 12 010, chamada A nova Lei da Adoção, o que dispõe e altera as (Leis) n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), no que se refere à regulamentação da adoção e outras disposições. Nova Concepção sobre acolhimento institucional no Brasil nos antigos abrigos no Brasil existia uma predominância da função assistencialista, fundada na perspectiva tão-somente de ajudar, oferecendo somente um local para-as crianças e adolescentes abandonadas, havendo um frágil compromisso com as questões desenvolvimentais da infância e da adolescência. De acordo com as orientações técnicas (2009) todas as medidas devem ser realizadas no intuito de manter o convívio com a família e a comunidade, a fim de garantir que o afastamento da criança ou adolescente do contexto familiar seja uma medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grava risco à sua integridade física ou psíquica. Quando a retirada da criança ou adolescente for representar o seu melhor interesse e o menor prejuízo ao



seu processo de desenvolvimento, todos os empenhos devem ser tomados para garantir que o acolhimento se dê no menor tempo possível, inclusive garantindo o seu retorno para sua família de origem ou excepcionalmente para uma família substituta. As instituições de acolhimento devem no prazo de dois anos realizarem o retorno familiar e comunitário, do Direito a Convivência Familiar e Comunitária. É vastamente reconhecido o papel da família no cuidado e bem-estar de todos os seus componentes, uma vez que é o âmbito privilegiado e primeiro a proporcionar a garantia de sobrevivência a seus integrantes, especialmente aos mais vulneráveis, como crianças e adolescentes, entre outros. Conforme as orientações técnicas (2009), os esforços para manter os vínculos familiares e comunitários das crianças e adolescentes que se encontram em acolhimento, são de suma importância para seu desenvolvimento saudável, possibilitando a formação de sua identidade e sua constituição como sujeito e cidadão.

Existem vários serviços direcionados a esses indivíduos, tais como: Casa Lar: Serviço de acolhimento que é realizado em unidades residenciais, onde se consta com educadores ou cuidadores residentes. O trabalho é direcionado para desenvolver relações próximas do ambiente familiar, a autonomia e a interação social com a comunidade. Casa de Passagem: Serviço de acolhimento de curta duração, que trabalha com os diagnósticos efetivos, com vista ao retorno familiar ou encaminhamento para acolhimento institucional. Abrigo institucional: Serviço que proporciona cuidado e espaço de desenvolvimento para os acolhidos. Funciona como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno a família de origem, extensa ou família substituta. Na nova concepção esse serviço não pode ultrapassar o máximo de 20 crianças ou adolescentes acolhidos. As entidades que desenvolvem acolhimento institucional devem proporcionar ampla assistência à criança ou adolescente, oferecendo acolhida, cuidado e espaço para seu desenvolvimento. Os serviços de alta complexidade requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas.

3.2 O Processo de Aprendizagem

Aprendizagem é o processo pelo qual os nossos conhecimentos, habilidades são adquiridos ou modificados. A aprendizagem se dá quando há informação do indivíduo. O processo de aprendizagem se dá desde o nascimento até a vida adulta, pois, estamos sempre em busca de conhecimento e em constante adaptação. A aprendizagem significativa valoriza a compreensão da valorização, o querer aprender do sujeito espontaneamente. Na sociedade as pessoas apreendem observando as outras. Nascermos sem o conhecimento



amplo e a sociedade nos molda. O processo de aprendizagem é de suma importância para o estudo de comportamento. Aprende-se melhor e mais de pressa se houver interesse pelo assunto que se está estudando. Para que o indivíduo obtenha uma aprendizagem com sucesso ele precisa estar motivado a ponto de empenhar-se a aprender. Aquilo que cada um já sabe é a ponte para se saber mais. Em sala de aula o professor precisa identificar o conteúdo que sua turma já conhece para que possa trazer mais informação respeito. Quanto maior a motivação do professor, maior será o empenho da turma. Tendo mais cooperação o indivíduo aprimora seus conhecimentos em busca do novo. Cada ser humano aprende de uma forma diferente. Alguns aprendem apenas olhando, outros precisam da fala, e outros ainda da escrita e do manual. É preciso que o professor se esforce e repita o conteúdo de formas diferentes. As pessoas associam fatos do seu dia-a-dia, outros já estudados por ela, sendo esta mais uma etapa da aprendizagem. Se aprendermos a todo o momento, as dificuldades também acontecem a todo o momento. A criança aprende com mais facilidade aquilo que lhe é concreto, pois, o abstrato não lhe chama muita atenção, nesta fase a emoção do conhecimento novo lhe transmite novas habilidades. Aprendizagem é o reconhecimento de dinâmicas que envolvem o ensino, é a relação de conhecimento que o indivíduo já possui, com o novo conhecimento. Nesse processo de aprendizagem, três tipos se destacam em elementos centrais: a fonte do conhecimento (experiência), o aprendiz e a junção de ambos. O primeiro, sendo ou não professor é papel fundamental para que haja a ponte para o conhecimento. O professor é figura considerada importante para que aconteçam as mudanças escolares e que os problemas educacionais sejam superados. Porém, não cabe apenas ao professor a exclusiva responsabilidade pela falta do aprender dos seus alunos. No entanto, o aprendiz tem como dever descobrir, transformar o conhecimento em aprendizagem. O educador tem como papel fundamental avaliar seus alunos individualmente a fim de descobrir seus talentos próprios, fugindo assim, da limitação linguística e do raciocínio matemático. Por fim, o processo cognitivo, que é a junção do aprendiz e o professor é onde ocorre a aprendizagem propriamente dita, através de diversos métodos. É de suma importância ressaltar que cada indivíduo aprende de forma diferente, sua própria metodologia de aprendizagem aonde desenvolve sua estratégia que facilita o seu processo de aprender. Segundo Demo (2000, apud Lack 2002), “O ato de aprender apresenta-se como o de valor principal e o ato de ensinar como atividade coadjuvante.”



3.3 A Dificuldade de Aprendizagem

Segundo Sílvia Ciasca, a Dificuldade de Aprendizagem é compreendida como uma “forma peculiar e complexa de comportamentos que não se deve necessariamente a fatores orgânicos e que são por isso, mais facilmente removíveis”. Ela ocorre em razão da presença de situações negativas de interação social. Caracteriza-se fundamentalmente pela presença de dificuldades no aprender, maiores do que as naturalmente esperadas para a maioria das crianças e por seus pares de turma e é em boa parte das vezes, resistente ao esforço pessoal e ao de seus professores, gerando um aproveitamento pedagógico insuficiente e auto-estima negativa. Essa dificuldade é relacionada a questões psicopedagógicas e/ou sócio-culturais, ou seja, não é centrada exclusivamente no aluno e somente pode ser diagnosticada em crianças cujos défices na aprendizagem não se devam a problemas cognitivos. A dificuldade de aprendizagem, não tem causa única que a determine, mas há uma conjugação de fatores que agem frente a uma predisposição momentânea da criança. Alguns estudiosos enfatizam os aspectos afetivos, outros preferem apontar os aspectos perceptivos, muitos justificam esse quadro alegando existir uma imaturidade funcional do sistema nervoso. Ainda há os que sustentam que essas crianças apresentam atrasos no desempenho escolar por fatores como a falta de interesse, perturbação emocional ou inadequação metodológica.

De modo mais pontual, acredita-se que as dificuldades de aprendizagem surgem, por exemplo, a partir de:

- Mudanças repentinas de escola, de cidade, de separações;
- Problemas sócios culturais e emocionais;
- (Desorganização na rotina familiar, excesso de atividades extracurriculares, pais muito ou pouco exigentes);
- Envolvimento com drogas, separações;
- Efeitos colaterais de medicações que causam hiperatividade ou sonolência, diminuindo a atenção da criança;
- Encontramos assim crianças com baixo rendimento em decorrência de fatores isolados ou em interação.

Pode ser percebida pela professora e diagnosticada por profissionais especializados já na pré-escola. Pode ser evitada tomando-se cuidado em respeitar o nível cognitivo da criança e permitindo que esta possa interagir com o conhecimento: observar, compreen-



der, classificar, analisar, etc.



4 RELATOS DE ROTINA

4.1 Caso 01

Em experiências vivenciadas no SAICA Amigos de todos (Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes), uma adolescente com nome de Rute 13 anos, vítima de maus tratos, negligência, abuso sexual e vivência de rua, acolhida desde os 07 anos de idade, com diagnóstico Cid 10 F70 (retardo mental leve), não alfabetizada, porém, faz cópias bem produzidas, não compreendendo o que escreve, estando no 7º ano do Ensino Fundamental II, Rute possui muita dificuldade em realizar as tarefas de casa, faz acompanhamento com o fonoaudiólogo e psicopedagogo, Rute se sente entristecida e envergonhada por não saber ler e escrever, dizendo ser burra, não se interessando em ir à escola, porque não entende “nada”. Em conversa com a escola há muitas reclamações dos professores, dizendo que Rute não fica em sala de aula, não interage, isolando-se do grupo. Foi dito à escola tudo de positivo que foi identificado no acolhimento, a facilidade em fazer amigos, a concentração em montar um quebra-cabeça, a organização nas tarefas de casa e o quanto é inteligente, com a capacidade de montar histórias se baseando nas imagens de um gibi.

Após a conversa a escola se encarregou de dar suporte pedagógico diferenciado, sem que os demais percebam, trabalhando a alfabetização de forma lúdica. Junto com a equipe técnica, há uma pedagoga para dar suporte e apoio pedagógico para os acolhidos, à mesma participa de reuniões e realiza as matrículas.

A pedagoga ao realizar a matrícula, se comunica com a coordenação, falando do histórico da criança/adolescente, levando todo seu diagnóstico, a criança mesmo antes de começar o ano letivo, já é rotulada pela coordenação/direção e professores. Em situações de conflitos na escola, indiretamente a escola associa o histórico da criança/adolescente. Exemplos (O pai dessa criança é envolvido com o tráfico, temos que tomar cuidado). Ou as próprias crianças contam o seu triste histórico, ou se fazem de coitadinhas, para serem beneficiados de certa forma.



4.2 Caso 02

Uma adolescente com 13 anos, com nome de Bruna, acolhida junto com seus 02 irmãos, por volta de 03 anos, com um histórico dos genitores, usuários de droga/ álcool, vivência de rua, maus tratos, agressão física, presenciavam atos sexuais do genitor com a irmã mais velha.

Com todo esse histórico, a adolescente não deixou de frequentar a escola, é alfabetizada, faz todas as tarefas, ler 03 livros ao mês, diz que não quer o mesmo futuro que os pais, “quer ser alguém na vida”, tem um objetivo. Agradece-nos todos os dias pelas oportunidades que tem e diz que não irá nos decepcionar, todos os semestres fecha com média 10, diz que não aceita tirar menos que isso.

Em atendimento com a adolescente, disse a ela, que não precisa se cobrar tanto é ótimo se ela tirar 10, mas também se isso não acontecer, não iremos cobrá-la, sabemos do seu potencial, da sua inteligência e da sua força de vontade.

4.3 Rotina de estudos na Instituição

A rotina de atividades na instituição foi elaborada pela equipe técnica (Psicóloga, Assistente Social e Pedagoga), em conjunto com as cuidadoras.

São determinados horários para atividades recreativas, televisão, estudo, leitura e organização dos pertences pessoais.

A princípio a pedagoga estipulou grande parte do dia para estudo e fazer as tarefas de casa, mas as crianças/adolescentes se sentiam cansados e sem disposição para realizar tantas tarefas, (dever de casa e estudos), foi percebido um baixo rendimento escolar e o desânimo com as cuidadoras, pois, eram exigidos a elas, conteúdos que não estavam ao alcance. Após uma conversa com todos os profissionais envolvidos, foram realizados alguns combinados sobre as tarefas de casa, deixando mais flexível e com o apoio da pedagoga.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi realizado com o objetivo de investigar a incidência de publicações que relacionam as dificuldades de aprendizagem e as crianças acolhidas. Os estudos encontrados, mesmo sendo em número reduzido, apontam a importância de se demonstrar que as dificuldades de aprendizagem é apenas um sintoma quando manifestado nas crianças acolhidas em instituições. Qual seria a função do sintoma? Dell' Aglio e Hutz (2004) apontam a ausência dos vínculos familiares como um dos fatores para o baixo desempenho escolar. No estudo realizado por estes autores, foi apontado maior índice depressivo nos participantes acolhidos em instituição. “Mesmo em instituições de alta qualidade, a inteligência e autonomia de crianças desse contexto são marcadamente menores do que aquelas que foram cuidadas em suas casas.” (Siqueira e Dell' Aglio, 2006, p.73).

Existe um consenso entre os estudos apresentados quanto à multiplicidade de fatores e eventos estressantes vivenciados por crianças e adolescentes institucionalizados caracterizando-se a dificuldade de identificar a direção da relação entre os sintomas depressivos e as dificuldades acadêmicas. Outros estudos apontaram que o nível intelectual prejudicado tem como causa a história pregressa da criança ou adolescente: baixa escolaridade dos pais e familiares, família numerosa, envolvimento com drogas, além de condições socioeconômicas adversas.

Quando juntamos dificuldades que é quando não temos o entendimento necessário para a compreensão com a aprendizagem que diz ser tudo que o indivíduo consegue adquirir ou modificar encontramos um termo muito abordado? De forma que o estudante apresente dificuldades, não se sinta inferior a outras pessoas do seu convívio que não apresentam dificuldades de aprendizagem. Nesse processo psicopedagogo conta com o auxílio da família, do professor, da sociedade, da instituição de ensino onde estuda a criança. Cada ser humano é singular, tem sua forma de pensar diferenciada, de agir, de impor suas opiniões, seu modo de aprender, o que é bom, pois, se pensássemos todos iguais seriam como um caos estabelecido, pois, não haveria as diferenças e são as diferenças que nos tornam únicas e essa nossa diferença é digna de respeito.



Pois, afinal, é também comprovado através de estudos que a criança que apresenta dificuldade de aprendizagem, possui sim um intelectual em potencial, apesar dos seus problemas manifestados. É necessário que as atitudes emocionais sejam muito demonstradas constantemente à criança que porta essa dificuldade, há muita necessidade de atenção, diante disso é muito importante e preciso que haja um grande reconhecimento em tudo que a criança faz, fazendo assim, com que ela se sinta menos insegura e mais valorizada. As crianças com dificuldades de aprendizagem não podem viver mergulhadas no stress, e nem ter envolvimento algum com alguma espécie de humilhação. Pois, antes de tudo a criança com dificuldade precisa ser respeitada.



6 BIBLIOGRAFIA

Araújo, S. C. R., Carvalho, I. S., Nascimento, M. V., Araújo H. F. P., Beresford, H. Cardoso, F. (2010), Avaliação do Perfil Cognitivo de Crianças Abridadas: uma referencia básica para as aulas de Educação Física. EFDeportes.com Revista Digital. Buenos Aires, Ano 15, No 149 out/2010

Bossa, N. A., (2000), Dificuldades de Aprendizagem: o que são? Como tratá-las? Porto Alegre: Artmed.

Bowlby, J. (1981). Cuidados maternos e saúde mental (V. L. B. Souza I. Rizzini, Trads.). São Paulo: Martins Fontes.

Cuneo, M. R. (2007) Abrigamento Prolongado: Os Filhos do Esquecimento. A institucionalização de crianças e as marcas que ficam. Ministério Público do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Fernandez, A., (1991), A Inteligência Aprisionada: abordagem psicopedagógica da criança e sua família. Porto Alegre: Artes Médicas. (1991).

Vectore, C. Carvalho, C. (2008), Um Olhar Sobre o Abrigamento: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. Psicologia Escolar e Educacional.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (org). A arte de governar crianças: história 86 A Institucionalização de Crianças no Brasil das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: IIN/ EDUSU/ Amais, 1995.

COELHO, Maria Teresa. Problemas de aprendizagem. Editora Ática, 1999. (Especialista em Psicopedagoga e em Educação Especial / Editora da revista Psicopedagoga da ABPp / Profa convidada do Instituto Sedes Sapientiae / Coordenadora/SP do Curso de Especialização em Neuropedagogia do Instituto SaberCultura) Sylvia Maria Ciasca Professora Associada de Neurologia Infantil, Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp

Siqueira, A. C., Dell' Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão da literatura. Psicologia e Sociedade 18, 71-80.



BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei no 8069, de 13 de julho de 1990.

RIZZINI, Irene (coord.); BAPTISTA, Rachel; NAIFF, Luciene; RIZZINI, Irma. Acolhendo crianças e adolescentes: experiência de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo, Ed. Cortez; Brasília, DF; UNICEF; CIESP; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2007.

VIEGAS, Simone Soares. A Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Abrigos de Belo Horizonte: história, organização e atores envolvidos. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2007.